



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Procuradoria-Geral do Estado

XI CONCURSO PÚBLICO
PROCURADOR DO ESTADO

Prova Objetiva
26 de abril de 2009



DIREITO CONSTITUCIONAL, AMBIENTAL E PREVIDENCIÁRIO

XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO PROVA PREAMBULAR (OBJETIVA) – 26/04/2009

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO ENQUANTO AGUARDA O SINAL DE INÍCIO DA PROVA.

- Este caderno de prova contém 100 questões do tipo múltipla escolha referentes às disciplinas do conteúdo programático do concurso, com cinco opções de resposta.
- Qualquer anormalidade (página repetida, ausência de página, questões incompletas, impressão com defeito), solicite imediatamente a substituição. Não serão aceitas reclamações após o início da prova.

PARA SUA SEGURANÇA

- Leia atentamente cada uma das questões e assinale no cartão de respostas, preenchendo totalmente o espaço correspondente, sem rasura, à alternativa que lhe parecer correta em decorrência da pergunta formulada.
- Utilize caneta esferográfica azul ou preta para assinalar no cartão respostas.
- Será considerada errada a resposta não assinalada, marcada em mais de uma alternativa ou rasurada.
- Não coloque no cartão de respostas qualquer sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova.
- Preencha o seu nome, número de inscrição e assine apenas a parte destacável do cartão de respostas, que deverá ser entregue ao fiscal de sala no término de sua prova.

LEMBRE-SE:

- É vedado qualquer tipo de consulta para a prova. A transgressão importará na eliminação do candidato do concurso.
- É proibido o uso de qualquer aparelho eletrônico. O celular deve ser mantido desligado.
- Será apreendida a prova do candidato que proceder com impropriedade, indisciplina ou falta de decoro.
- É proibido fumar.

FIQUE SABENDO

- O tempo de duração da prova será de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos. Após 2 (duas) horas de prova, o candidato poderá levar o caderno de prova.
- O gabarito da prova será divulgado na sede da Procuradoria-Geral do Estado no dia 27 de abril de 2009. E publicado na página da PGE na internet (www.pge.ms.gov.br) e no Diário Oficial do Estado.
- A audiência pública para identificação dos candidatos e respectiva pontuação será na sede da Procuradoria-Geral do Estado, Parque dos Poderes, Bloco IV, Campo Grande, MS, no Auditório Pantanal, no dia 27 de abril, às 10 horas.

1. Leia as proposições abaixo e assinale aquela cujo conteúdo esteja correto:
 - a - O STF já decidiu que o preâmbulo da Constituição de 1988 é norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais;
 - b - A ADI nº 3.853, que impugnava o art. 29-A e seus parágrafos do ADCT da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e que garantia aos ex-Governadores sul-mato-grossenses que exerceram mandato integral, em caráter “permanente”, a percepção de subsídio mensal igual ao recebido pelo Governador do Estado, foi julgada improcedente pelo STF sob o fundamento de que a referida norma havia sido editada dentro da autonomia atribuída aos entes federativos, assegurada no art. 18 da Constituição de 1988;
 - c - No que diz respeito à criação de conta única de depósitos judiciais, o STF entendeu, em ação de controle concentrado, que há iniciativa concorrente entre o Chefe do Executivo estadual e o Tribunal de Justiça;
 - d - Quando da análise pelo STF da ADC nº 04, restou decidido que as regras da Lei Federal nº 9.494/97, que impõe condições para o deferimento da tutela antecipada, não criam qualquer limitação ao direito do magistrado enquanto manifestação do Poder do Estado, vez que estas limitações guardam consonância com o sistema constitucional positivo;
 - e - Conforme entendimento consolidado do STF, os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias, inseridos nos conceitos fluidos e indeterminados de “relevância” e “urgência” (art. 62 da CF), sempre podem ser submetidos ao crivo do Poder Judiciário.

2. No rol de princípios vedatórios de natureza federativa do art. 19 da Constituição de 1988, não está elencado(a):

- a - A natureza laica do Estado brasileiro;
- b - O princípio de que os Municípios serão regidos por Lei Orgânica Municipal, ou seja, que não poderão adotar uma “constituição” municipal;
- c - A ressalva, na forma da lei, da possibilidade de colaboração de interesse público entre os cultos religiosos e igrejas e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- d - A vedação de recusa recíproca entre os entes de federativos de fé pública aos documentos por eles emitidos;
- e - A vedação de distinção entre brasileiros.

3. No que tange aos métodos da hermenêutica constitucional é incorreto asseverar que:

- a - O método jurídico ou hermenêutico clássico apresenta dentre seus elementos interpretativos o filológico, o lógico, o histórico e o teleológico;
- b - O método hermenêutico-concretizador atribui papel criador ao intérprete, pois estabelece uma relação entre texto e contexto;



- c - O método científico espiritual ou valorativo-sociológico não admite que se tome em conta uma ordem de valores ou sistema de valores;
- d - O método tópico-problemático cultiva a idéia da 'open texture' com processo interpretativo aberto à argumentação de todos os participantes;
- e - O método jurídico normativo-estruturante postula que é decisivo para a compreensão do texto interpretado que não se parta da idéia da identidade entre texto e norma.

4. Quanto ao modelo brasileiro de controle difuso de constitucionalidade pode ser afirmado que:

- a - Atualmente o STF só tem admitido o tradicional efeito 'ex tunc' na declaração incidental de inconstitucionalidade;
- b - Na Súmula Vinculante nº 10 o STF cristalizou o entendimento de que não há violação a cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) quando o órgão fracionário não declarar expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, porém afastar sua incidência total ou parcial;
- c - A declaração de inconstitucionalidade na via difusa está submetida ao quórum de maioria simples dos membros do Tribunal ou de seu órgão especial;
- d - O Senado não está obrigado a suspender, por resolução, a eficácia da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF (art. 52, X, CF);
- e - A ação civil pública, por sua natureza de instrumento constitucional de proteção dos direitos coletivos e difusos, pode ser ajuizada com vistas à produção de efeitos 'erga omnes', conforme entendimento do STF.

5. A Súmula Vinculante, introduzida no sistema constitucional brasileiro pela EC nº 45, possui peculiaridades e procedimentos específicos e sobre eles é correto dizer que:

- a - Segundo o texto constitucional vigente, a edição, a revisão ou o cancelamento da Súmula Vinculante serão provocados por aqueles que possuem legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade, contudo, sem prejuízo do que vier a ser disposto em lei;
- b - A Súmula Vinculante será editada toda vez que Supremo Tribunal Federal antever a possibilidade de futuro surgimento de controvérsia sobre tema constitucional capaz de criar grave insegurança jurídica;
- c - O STF por provocação ou de ofício poderá editar Súmula Vinculante que deverá ser aprovada por maioria absoluta de seus membros;
- d - A revisão ou cancelamento de Súmula Vinculante será feita na forma estabelecida no Regimento Interno do STF, conforme disposição constitucional expressa;
- e - O efeito da Súmula Vinculante vinculará somente os demais órgãos do Poder Judiciário.



6. Com relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue as seguintes assertivas e indique a incorreta:

- a - O CNJ compõe-se de 15 membros, com mandato de 2 (dois) anos;
- b - Ao CNJ compete o controle do Poder Judiciário em matéria administrativa e financeira, podendo, também, expedir atos regulamentares no âmbito de sua competência;
- c - O CNJ pode rever de ofício os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de 1 (um) ano;
- d - A função de Ministro-Corregedor, no âmbito do CNJ, caberá ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- e - Dentre os membros do CNJ estarão 2 (dois) cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado.

7. Julgue cada dos itens abaixo e assinale o que contém a afirmação verdadeira:

- a - No que tange à ideologia a Constituição de 1988 é ortodoxa;
- b - Na tradicional classificação de José Afonso da Silva, as normas constitucionais de eficácia limitada, declaratórias de princípios institutivos, veiculam programas a serem implementados pelo Estado;
- c - O poder constituinte derivado que hoje atua na edição de Emendas à Constituição classifica-se como poder revisor;
- d - O sistema constitucional brasileiro admite, como regra, o fenômeno da desconstitucionalização;
- e - No sistema constitucional inaugurado pela Constituição de 1988 encontra-se hipótese que poderia ser identificada doutrinariamente com o fenômeno da recepção material de normas constitucionais.

8. De acordo com as regras constitucionais que regulam as funções essenciais à Justiça e a defesa do Estado e das instituições democráticas, a Constituição de 1988 não admite:

- a - Que por força do princípio da autonomia funcional do Ministério Público, possa ser o Procurador-Geral da República destituído por iniciativa do Presidente da República, mesmo que precedida de autorização do Senado Federal;
- b - Que a Advocacia Geral da União seja chefiada por Advogado Geral da União nomeado livremente pelo Presidente da República;
- c - Que na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa possa ser superior a 10 (dez) dias, se autorizada pelo Poder Judiciário;
- d - Que na vigência do estado de sítio haja intervenção nas empresas de serviços públicos;
- e - Que o estado de sítio seja decretado por mais de 30 (trinta) dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior, na hipótese de comoção grave de repercussão nacional.



9. Em relação ao instituto da repercussão geral da questão versada no recurso extraordinário, na forma regulada no § 3º do art. 103 da Constituição Federal (art. 101, IV, 45) e na Lei Federal nº 11.418/2006, é correto asseverar que:

- a - Negada a existência de repercussão geral os recursos sobrestados serão considerados automaticamente improvidos no mérito;
- b - Não é admissível qualquer manifestação de terceiros no procedimento da repercussão geral;
- c - Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se;
- d - Para a apreciação pelo STF da existência ou não da repercussão geral da questão constitucional será exclusivamente observado se esta apresenta relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico;
- e - Será remetido o recurso extraordinário ao Pleno do STF, se a Turma, por no mínimo 4 (quatro) votos, decidir pela existência da repercussão, tal como ocorre na Suprema Corte estadunidense com sua 'rule of four' no instituto do 'writ of certiorari'.

10. Em face das garantias ligadas ao direito de igualdade ou de tratamento isonômico, o STF se posicionou no sentido de que:

- a - O limite de idade para concurso público nunca é legítimo, em face do art. 7º, inciso XXX, da Constituição de 1988, que proíbe diferenciação de critérios de admissão em razão da idade;
- b - Que a criação de gratificação de natureza genérica, quando restrita expressamente na lei que instituiu aos servidores públicos da ativa, não é extensível aos servidores inativos, por observância do princípio da legalidade;
- c - As decisões que, em sede de execução fiscal, julgam extinto o respectivo processo, por ausência do interesse de agir, revelada pela insignificância ou pela pequena expressão econômica do valor da dívida ativa em cobrança, transgridem os postulados da igualdade;
- d - Há razoabilidade na exigência de altura mínima para ingresso na carreira de delegado de polícia, dada a natureza do cargo a ser exercido e, assim, inexistente violação ao princípio da isonomia;
- e - Tem-se como constitucional a exigência de altura mínima, considerados homens e mulheres, para a habilitação ao cargo de escrivão de polícia, por inocorrência de ofensa ao princípio da isonomia.

11. Com relação às inviolabilidades constitucionais ligadas aos direitos fundamentais, o STF na sua mais recente jurisprudência entendeu que:

- a - O escritório profissional, apesar de ser considerado domicílio para os efeitos da inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI, CF), só é inviolável quando se pressupor a presença de pessoas que o habitam. O escritório vazio não seria assim inviolável.

portanto, poderiam ser instalados em período noturno, na ausência de seus habitantes, equipamentos de escuta mediante ordem judicial;

- b - Não é possível a utilização como prova emprestada em procedimento administrativo disciplinar, de prova obtida por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada, mesmo que contra a mesma ou as mesmas pessoas, em relação às quais foram colhidas, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita daquela prova (interceptação telefônica);
- c - O Tribunal de Contas da União detém poderes para determinar a quebra do sigilo bancário de pessoas sujeitas a sua atuação de fiscalização e controle;
- d - Comissão Parlamentar de Inquérito tem poder jurídico de, mediante requisição às operadoras de telefonia, obter cópias de decisão e de mandado judicial de interceptação telefônica e, assim, quebrar sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça;
- e - Viola o direito constitucional ao sigilo bancário o uso em processo judicial de comprovante de consulta a órgão de proteção ao crédito, com o propósito de impedir, modificar e extinguir direito da parte adversa.

12. No título da Ordem Social na Constituição de 1988 encontramos disposições e direitos dos mais variados matizes, o que demonstra a abertura ampla e abarcadora das diversas matérias inseridas no rótulo social. Quanto a estes preceitos e disposições é correto afirmar que:

- a - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em uma estrutura escalonada hierarquicamente entre si;
- b - O Estado financiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia;
- c - A propriedade de empresa jornalística e de rádio difusão sonora e de sons e de imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País;
- d - A educação, como direito de todos, será custeada e promovida exclusivamente pelo Estado, podendo contar com a colaboração da sociedade em caráter supletivo;
- e - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei, regra que não se estende às instituições de pesquisa técnica e científica.

13. O art. 25 da Constituição determina, em sua parte final, que os Estados, ao criarem suas Constituições e leis próprias, devem observar os princípios da Constituição Federal de 1988. Dentre eles se encontram aqueles que são classificados como limites explícitos mandatórios. Dentre estes limites é correto identificar o seguinte:

- a - O impedimento de invasão de competência de um ente federativo na esfera de outro;
- b - O princípio federativo, o Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana;



- c - Os princípios sensíveis do art. 34, VII, da CF;
- d - A forma de investidura nos cargos eletivos (art. 77 da CF), o processo legislativo (art. 59 da CF) e preceitos pertinentes à Administração Pública;
- e - A regra do §1º do art. 31 da CF, que estabelece que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

14. No que guarda pertinência à teoria do Poder Constituinte, não se pode afirmar que:
- a - O Poder Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988 é doutrinariamente classificado como Poder Constituinte Originário Histórico;
 - b - Para a corrente jusnaturalista o Poder Constituinte é um poder ilimitado;
 - c - A titularidade do Poder Constituinte compete ao Povo, em face do princípio democrático que norteia o constitucionalismo moderno;
 - d - Pelo critério jurídico-formal o Poder Constituinte decorrente só foi atribuído às Assembleias Legislativas dos Estados, por força do disposto no art. 11 do ADCT da Constituição de 1988;
 - e - O conceito de Poder Constituinte revolucionário não está ligado exclusivamente à ideia de uma subversão armada da ordem constitucional anterior.

15. No capítulo II da Constituição de 1988 encontramos as disposições aplicáveis ao Poder Executivo. Em relação a suas normas é correta a assertiva:
- a - De que os crimes de responsabilidade estão tipificados e, portanto, estabelecidos nos incisos do art. 84;
 - b - Ocorrendo vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República nos últimos anos do período presidencial, dentro de noventa dias será realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, na forma da lei;
 - c - É da competência privativa do Presidente da República permitir, na forma da lei, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
 - d - O Presidente da República por simples decreto pode dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de cargos públicos;
 - e - Admitida a acusação por crime comum contra o Presidente da República, por 3/5 (três quintos) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

16. Dentre os princípios gerais da atividade econômica que regem a ordem econômica na Constituição não consta o seguinte:
- a - Busca do pleno emprego;
 - b - Defesa do meio ambiente, se necessário pelo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

- c - Vedação de tratamento favorecido para quaisquer empresas constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no País, em razão da garantia da isonomia;
- d - A defesa do consumidor;
- e - A soberania nacional.

17. Quanto aos recursos minerais e à energia hidráulica, aponte a proposição verdadeira dentre as seguintes:
- a - As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União;
 - b - É assegurada no texto constitucional a integral e ampla participação do proprietário do solo nos resultados da lavra;
 - c - A propriedade do produto da lavra é da União;
 - d - As autorizações e concessões de lavra poderão ser cedidas parcialmente sem prévia anuência do poder concedente;
 - e - A pesquisa e a lavra de jazidas de petróleo constitui monopólio da União, mas neste não se inclui a importação e a exportação dos produtos e derivados básicos dessas mesmas atividades de pesquisa e lavra do petróleo.

18. Analise e julgue as assertivas seguintes, após indique a incorreta:
- a - A decretação da intervenção federal, no caso de recusa de cumprimento a lei federal, dependerá do provimento pelo Superior Tribunal de Justiça de representação formulada pelo Procurador-Geral da República;
 - b - O Estado não intervirá em Município, exceto quando o Tribunal de Justiça der a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição do Estado;
 - c - A decretação da intervenção federal, no caso de necessidade da garantia do livre exercício de qualquer dos Poderes na unidade da Federação, depende de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se o coacto for o Poder Judiciário;
 - d - O decreto de intervenção nomeará, se cabível, o interventor, responsável pela execução da medida interventiva;
 - e - No caso de a intervenção federal ter por escopo prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial, fica dispensada a apreciação do decreto interventivo pelo Congresso Nacional.

19. Quanto aos modelos de controle de constitucionalidade, é incorreto asseverar que:
- a - O modelo austríaco ou europeu, também conhecido como modelo concentrado, abstrato ou autônomo, é aquele em que o ataque à inconstitucionalidade é feito por meio da propositura das denominadas ações de controle;

b - No sistema constitucional estadunidense há filtro de acesso à Suprema Corte denominado de 'writ of certiorari', que só é concedido em casos extremos para o reexame de decisões proferidas pelas cortes ordinárias com relevância constitucional;

c - O sistema estadunidense é identificado como um modelo de controle concreto e incidental, que influenciou fortemente a configuração do controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1891;

d - O modelo francês de controle de constitucionalidade é amplamente identificado na doutrina como um controle de índole política, em face do órgão incumbido de seu exercício, e por ser marcadamente repressivo quanto ao momento em que é exercido;

e - O modelo de controle brasileiro da constitucionalidade pode ser identificado como um sistema misto.

20. À luz da teoria constitucional que cuida da possibilidade ou impossibilidade de restrição aos direitos individuais pelo legislador ordinário, pode ser afirmado que:

a - A distinção entre restrição imediata e mediata reside em que a primeira depende de lei complementar, enquanto a última pode ser feita por mera lei ordinária;

b - A reserva legal simples exige somente que a restrição seja prevista em lei;

c - A reserva legal qualificada determina que eventuais restrições a direitos constituíam matéria reservada à lei complementar;

d - Por necessidade de concretização dos direitos individuais, não se tem admitido doutrinariamente qualquer hipótese de restrição que não esteja expressamente submetida à reserva legal, seja simples seja qualificada;

e - Por força do princípio da supremacia da Constituição não há de se falar em qualquer possibilidade de restrições legislativas a direitos individuais, pois estes estão inseridos em normas de aplicação imediata (§1º do art. 5º da Constituição de 1988).

21. É de grande importância a disciplina dos remédios constitucionais na Constituição de 1988 e seu tratamento na doutrina e na jurisprudência, pois surgem como instrumentos de proteção dos direitos e liberdades individuais e coletivas. Sobre este tema é possível identificar, dentre as abaixo elencadas, a asserção que reflete uma proposição equivocada sobre a questão:

a - Não cabe mandado de segurança contra lei ou decreto de efeitos concretos, pois não se admite a impetração do 'mandamus' contra lei em tese;

b - A impetração de mandado de segurança coletivo independe de autorização dos associados do impetrante coletivo;

c - Os estrangeiros residentes no País podem impetrar 'habeas corpus' e mandado de segurança;

d - O 'habeas data' é remédio constitucional cujo procedimento é dúplice, existindo uma fase extrajudicial preliminar, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial;

e - O mandado de segurança, em relação às hipóteses de cabimento do 'habeas corpus' e do 'habeas data', possui natureza que pode ser identificada como residual.

22. No que tange ao tratamento constitucional dado ao direito ambiental, leia as seguintes proposições e indique a incorreta:

a - Insere-se na competência comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, do art. 23 da Constituição de 1988, a competência para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

b - Não se insere na competência concorrente da União com os Estados e o Distrito Federal a competência administrativo-material para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

c - O direito de todos a que alude o art. 225 da Constituição de 1988 diz respeito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual é definido como um bem de uso comum do povo;

d - As usinas nucleares deverão ter sua localização definida em lei editada somente pela União, sem o que não poderão ser instaladas;

e - A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, no capítulo da política do meio urbano, arrola a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública como uma política urbana a ser formulada e executada com exclusividade e autonomia pelos Municípios.

23. Ao cuidar da responsabilidade por danos ambientais e ao dever de recuperação do meio ambiente degradado, a Constituição de 1988:

a - Expressamente passou a admitir a sujeição de pessoas jurídicas a sanções penais, ou seja, admitiu que pessoas jurídicas possam figurar como sujeitos ativos por crimes contra o meio ambiente;

b - Prescreve que a responsabilidade por atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções administrativas que não poderão ser cumulativas à obrigação de reparar os danos;

c - Estabelece que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica por ele proposta e aprovada pelo órgão público competente, conforme a regulamentação administrativa aplicável;

d - Não admite a sujeição de pessoas jurídicas a sanções penais por crimes ambientais, pois a responsabilidade penal deve ser atribuída aos diretores e administradores responsáveis pela determinação e decisão do ato ou procedimento lesivo ao meio ambiente;

e - Em nada impede que os infratores sejam condenados a multas penais, as quais não se confundem com o dever de reparar os danos causados ao meio ambiente.

24. Com relação às regras constitucionais (art. 40 da CF) que regulam o regime dos servidores públicos, assinale a alternativa que reflete a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: